



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo n. 210 / 2026

Objeto: Solução para necessidade de Transporte para a Prefeitura Municipal de Urupá

Área Demandante: Gabinete do Prefeito - Prefeitura Municipal de Urupá/RO

1. INTRODUÇÃO

1.1. As contratações e aquisições governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado proporciona contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. Neste contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), têm por finalidade identificar e evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica, conforme consta no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei n. 14.133/2021.

1.3. Além disso, o art. 6º do Decreto Municipal n. 200/2024, Inciso IX, determina como prática: *“Promover os atos necessários, bem como, adequações para a realização do procedimento licitatório, a exemplo do Estudo Técnico Preliminar, Análise de Risco e Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, para atender aos requisitos de padronização e racionalização”*.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente demanda originou-se da identificação da necessidade de aprimorar as condições de mobilidade institucional da Administração Pública Municipal, especialmente no âmbito do Gabinete do Prefeito, unidade responsável pela coordenação de ações governamentais, articulação institucional e acompanhamento direto de políticas públicas, programas e serviços executados pelo Município.



2.2. A necessidade identificada decorre da constante realização de deslocamentos por parte de autoridades e servidores municipais para atendimento de atividades administrativas e operacionais, tais como visitas técnicas, fiscalização de serviços públicos, acompanhamento de obras e programas governamentais, participação em reuniões institucionais e atendimento de demandas provenientes das diversas áreas da gestão municipal.

2.3. Ademais, verificou-se a necessidade de garantir meios adequados de transporte institucional que permitam o deslocamento seguro e eficiente das equipes administrativas, considerando que as atividades da Administração Municipal frequentemente exigem deslocamentos tanto na área urbana quanto em comunidades localizadas na zona rural do Município.

2.4. Nesse contexto, as características territoriais do Município de Urupá/RO, que abrangem áreas com diferentes condições de trafegabilidade, inclusive vias não pavimentadas e trajetos que demandam maior robustez dos meios de transporte utilizados, reforçam a necessidade de disponibilização de veículo institucional adequado às condições locais de deslocamento.

2.5. O problema central reside na necessidade de assegurar condições adequadas de mobilidade institucional para o desempenho das atribuições administrativas e de gestão pública, garantindo que os agentes públicos possam realizar deslocamentos com segurança, eficiência e confiabilidade, de modo a viabilizar o acompanhamento das ações governamentais e a adequada execução das políticas públicas municipais.

2.6. A atuação do Município na organização e prestação dos serviços públicos decorre de sua competência constitucional para prover serviços de interesse local, sendo a adequada estrutura administrativa reconhecida como elemento essencial para a efetiva prestação desses serviços. A manutenção de condições adequadas de deslocamento institucional constitui fator relevante para assegurar a continuidade, eficiência e segurança das atividades administrativas desenvolvidas pela gestão municipal.

2.7. O Gabinete do Prefeito, enquanto unidade responsável pela coordenação estratégica das ações governamentais e pelo acompanhamento direto das demandas institucionais



do Município, exerce papel central na identificação das necessidades relacionadas à mobilidade administrativa. Cabe à Administração Municipal, mediante adequado planejamento das contratações, prover os meios necessários para que essa unidade desempenhe suas atribuições de forma eficiente, contínua e alinhada ao interesse público.

2.8. O resultado esperado da presente demanda é o fortalecimento da capacidade operacional da Administração Municipal para realização de deslocamentos institucionais, permitindo maior eficiência no acompanhamento das ações governamentais, melhoria na articulação institucional e maior agilidade na execução das atividades administrativas. A adequada caracterização dessa necessidade constitui o ponto focal do planejamento da contratação, a partir do qual serão definidos os requisitos técnicos mínimos da solução, garantindo viabilidade técnica, economicidade e atendimento efetivo ao interesse público, conforme orientação do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Da Justificativa da secretaria:

2.9.1. A presente demanda tem por objetivo a aquisição de veículo, visando atender às necessidades institucionais da Administração Pública Municipal no desenvolvimento de suas atividades administrativas e operacionais. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de mobilidade para servidores e agentes públicos no desempenho de suas atribuições, especialmente em deslocamentos destinados ao acompanhamento de ações governamentais, visitas técnicas, fiscalização de serviços, participação em reuniões institucionais e demais atividades inerentes à gestão pública. Considerando as características territoriais do Município de Urupá/RO, que incluem áreas urbanas e rurais, bem como vias com diferentes condições de trafegabilidade, torna-se necessária a disponibilização de veículo com capacidade adequada para deslocamentos seguros e eficientes, assegurando maior confiabilidade nas atividades realizadas pela Administração. Ressalta-se ainda que a disponibilização de veículo adequado contribui para a melhoria da eficiência administrativa, redução de custos com manutenção de veículos antigos ou inadequados e maior agilidade na execução das políticas públicas e no atendimento das demandas institucionais. Dessa forma, a aquisição do veículo proposto apresenta-se como medida necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública Municipal.



3. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

3.1. Os itens estão listados com suas respectivas especificações no item “6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS”.

3.2. A solução pretendida deverá atender à necessidade de garantir condições adequadas de mobilidade institucional para a Administração Pública Municipal, permitindo o deslocamento **seguro e eficiente** de autoridades e servidores no exercício de atividades administrativas, operacionais e institucionais vinculadas à gestão pública.

3.3. Para tanto, a solução deverá possibilitar o **transporte terrestre** de ocupantes em condições adequadas de **segurança, conforto e confiabilidade**, permitindo a realização de deslocamentos em áreas **urbanas e rurais** do Município, bem como em trajetos que apresentem diferentes condições de trafegabilidade.

3.4. Considerando a natureza das atividades desempenhadas pela Administração Municipal, a necessidade identificada possui caráter **permanente** de apoio à execução das atividades institucionais, uma vez que os deslocamentos administrativos constituem parte essencial da atuação da gestão pública no acompanhamento de ações governamentais, fiscalização de serviços, participação em reuniões institucionais e atendimento às demandas da população.

3.5. A solução deverá considerar os requisitos temporais e espaciais da contratação, prevendo condições que permitam a sua disponibilização em prazo compatível com as necessidades administrativas do Município. Esses requisitos são essenciais para garantir que a Administração possa iniciar sua utilização de forma tempestiva, assegurando continuidade e eficiência na execução das atividades institucionais.

3.6. A solução deverá observar padrões mínimos de qualidade, **desempenho e segurança** compatíveis com o uso institucional pretendido, incluindo requisitos que assegurem durabilidade, confiabilidade operacional, bem como condições adequadas de proteção aos usuários durante os deslocamentos realizados no exercício das atividades administrativas.



3.7. A solução deverá contemplar ainda requisitos relacionados à garantia, manutenção e assistência técnica, assegurando a existência de suporte técnico adequado e cobertura de garantia que permita à Administração Pública manter o pleno funcionamento da solução ao longo de sua vida útil, reduzindo riscos de indisponibilidade e custos operacionais.

3.8. A solução a ser fornecida deverá atender às especificações técnicas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e posteriormente detalhadas no Termo de Referência, bem como às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, garantindo que o objeto fornecido esteja plenamente apto a atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

3.9. Quando aplicável, a solução deverá incorporar critérios e práticas de sustentabilidade, considerando aspectos relacionados à eficiência energética, redução de impactos ambientais e maior durabilidade dos componentes, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Em observância ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de mobilidade institucional da Administração Pública Municipal, especialmente para apoio às atividades administrativas e operacionais do Gabinete do Prefeito. O levantamento buscou avaliar as soluções disponíveis sob os aspectos técnico, econômico e operacional, considerando ainda a adequação às características territoriais do Município e às demandas institucionais da Administração.



Alternativa 1: Locação de veículo (contratação de serviço de aluguel de veículo).

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de veículo por meio de contrato de locação, podendo incluir serviços adicionais como manutenção, seguro, assistência técnica e substituição do veículo em caso de indisponibilidade.

Vantagens:

- Não há necessidade de imobilização imediata de recursos para aquisição do bem;
- Custos de manutenção e assistência técnica geralmente incluídos no contrato;
- Possibilidade de substituição do veículo em caso de falhas ou indisponibilidade;
- Flexibilidade para renovação ou alteração do modelo ao término do contrato.

Desvantagens:

- Custo acumulado ao longo do tempo tende a ser superior à aquisição do bem;
- Dependência permanente de empresa contratada para continuidade do serviço;
- Necessidade de fiscalização contratual contínua;
- Maior custo administrativo de tempo para acompanhamento contratual;
- Ao final do contrato, o bem não integra o patrimônio público.

Alternativa 2: Utilização de veículos já existentes na frota municipal.

Descrição: Consiste na utilização ou remanejamento de veículos já pertencentes à frota municipal para atender às necessidades de deslocamento institucional da Administração.

Vantagens:

- Não gera novos custos de aquisição imediata;
- Aproveitamento de recursos patrimoniais já existentes;
- Redução de procedimentos administrativos relacionados à contratação.

Desvantagens:

- Possível insuficiência de veículos disponíveis para atendimento da demanda;
- Realocação de veículos usados por outras áreas da administração pode deixá-las carentes de meios de transporte adequados;
- Veículos existentes podem apresentar desgaste ou inadequação às necessidades operacionais em termos de eficiência ou segurança;
- Aumento de custos de manutenção em veículos mais antigos;
- Risco de indisponibilidade frequente da frota;
- Risco de segurança aos usuários devido ao desgaste da frota.



Alternativa 3: Aquisição de veículo por meio de procedimento licitatório próprio.

Descrição: Consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição de veículo destinado a integrar a frota oficial do Município, passando a compor o patrimônio público e podendo ser utilizado para atendimento das atividades institucionais da Administração.

Vantagens:

- Incorporação do bem ao patrimônio público municipal;
- Maior autonomia da Administração na utilização do veículo;
- Possibilidade de definição das características técnicas mais adequadas à realidade do Município;
- Redução de custos recorrentes de contratação ao longo do tempo;
- Maior previsibilidade de despesas, limitadas principalmente à manutenção e operação do veículo.

Desvantagens:

- Necessidade de investimento inicial para aquisição do bem;
- Responsabilidade da Administração pelos custos de manutenção e operação;
- Necessidade de gestão da frota e acompanhamento da vida útil do veículo.

4.2. Após análise comparativa das alternativas identificadas, verifica-se que a **Alternativa 3** (aquisição de veículo por meio de procedimento licitatório próprio) apresenta-se como a mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada, considerando os aspectos de economicidade, autonomia operacional e adequação às atividades institucionais da Administração Municipal.

4.3. A aquisição do bem permite à Administração dispor de meio de transporte próprio para execução de suas atividades administrativas e institucionais, garantindo maior previsibilidade de custos ao longo do tempo, além de incorporar o bem ao patrimônio público municipal.

4.4. Considerando que se trata de **aquisição de bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, a contratação poderá ser realizada mediante **procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico**, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ENCONTRADA COMO UM TODO

5.1. Considerando a necessidade de garantir condições adequadas de mobilidade institucional para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública Municipal, especialmente no âmbito do Gabinete do Prefeito, identificou-se como essencial a adoção de solução que assegure deslocamentos seguros, eficientes e compatíveis com as características territoriais do Município de Urupá/RO, incluindo trajetos em áreas urbanas e rurais e vias com diferentes condições de trafegabilidade.

5.2. Após a análise comparativa das alternativas disponíveis no mercado, a solução considerada mais vantajosa consiste na **aquisição de veículo destinado à ampliação ou renovação da frota oficial do Município**, por meio de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, em consonância com os princípios da economicidade, competitividade, eficiência e planejamento das contratações públicas.

5.3. A solução proposta compreende um conjunto integrado de elementos necessários ao atendimento da necessidade administrativa identificada, não se restringindo apenas ao fornecimento do bem principal, mas abrangendo, de forma articulada:

- O fornecimento de veículo novo destinado ao uso institucional da Administração Municipal;
- A disponibilização do bem em plenas condições de funcionamento e apto à utilização pela Administração;
- A observância de requisitos mínimos de desempenho, segurança, conforto e durabilidade compatíveis com o uso institucional pretendido;
- A entrega do veículo devidamente regularizado para circulação, conforme exigências legais aplicáveis.

5.4. O bem abrangido pela solução é classificado como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo descrição clara e objetiva no Termo de Referência e julgamento isonômico das propostas apresentadas pelos licitantes.



5.5. A contratação possui natureza **não contínua**, uma vez que se trata de aquisição de **bem permanente** destinado a integrar o patrimônio da Administração Pública Municipal, não caracterizando prestação continuada de serviços, mas sim fornecimento pontual do objeto, cuja utilização se dará ao longo da vida útil do bem.

5.6. O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fabricantes e fornecedores capazes de atender às especificações técnicas compatíveis com a necessidade identificada, evidenciando a existência de ampla competitividade no mercado e a viabilidade de realização de procedimento licitatório com participação de múltiplos interessados.

5.7. A utilização da modalidade pregão eletrônico mostra-se adequada ao objeto pretendido, por ampliar a competitividade do certame, permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões e favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, garantindo transparência, celeridade e eficiência no processo de contratação.

5.8. Em decorrência da solução escolhida, poderão ser estabelecidos no Termo de Referência requisitos, documentos e acessórios compatíveis com o objeto, tais como condições de garantia mínima do veículo, prazos de entrega, conformidade com normas técnicas e regulamentações aplicáveis, além de critérios de recebimento e fiscalização do objeto, sempre de forma proporcional e adequada à natureza do bem a ser adquirido.

5.9. Verificou-se, no âmbito do planejamento da contratação, a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, notadamente quanto à realização de licitação exclusiva ou à reserva de cota. Contudo, tais medidas não serão adotadas, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite legal para exclusividade e que o objeto consiste na aquisição de um único veículo, de natureza indivisível, o que inviabiliza tecnicamente o parcelamento para fins de reserva de cota, permanecendo assegurados, entretanto, os demais benefícios previstos na legislação aplicável.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS

6.1. As quantidades previstas para contratação são as descritas na tabela abaixo:

		DESCRIÇÃO
Nº	01	Veículo do tipo utilitário (SUV) , novo, zero quilômetro de fábrica, com características mínimas: com capacidade mínima para 7 ocupantes, na cor preta; motor diesel turbo alimentado 2.8 (mínimo 2600 cm ³), com injeção eletrônica de alta pressão, potência mínima de 204 cv e torque mínimo de 50 kgf.m; transmissão automática com mínimo de 06 velocidades (marchas), com opção de seleção manual, tração 4x4 ou AWD, com assistência de subida e descida; suspensão dianteira independente e traseira multilink ou equivalente; freios a disco ventilados de alto desempenho à frente ou nas quatro rodas, com ABS, EBD e assistências de frenagem de emergência; rodas de liga leve com tamanho mínimo de 18 polegadas, com pneus adequados para uso misto ou off-road; para-choques em ABS, polipropileno ou equivalente, proteções inferiores com cárter metálico ou placas, degrau lateral ou estribos laterais, luz de freio integrada; capacidade de carga útil mínima de 500 kg; capacidade de reboque mínima de 2.000 kg com freio; combustível diesel S10 ou equivalente; tanque de combustível com capacidade mínima de 70 litros; direção assistida hidráulica ou elétrica, com volante com ajuste de altura e profundidade; iluminação com faróis em LED ou halógenos, luzes diurnas DRL e luz de neblina dianteira e traseira; segurança com airbags múltiplos frontais, laterais e de cortina, sistema ISOFIX nos assentos traseiros, controle de estabilidade (ESP/ESC), controle de tração e assistente de partida em rampa; sistemas avançados de assistência (ADAS), incluindo frenagem automática de emergência, alerta de colisão, alerta de ponto cego e monitoramento de tráfego cruzado traseiro, quando disponíveis em conjunto no modelo ofertado; itens de conforto com ar-condicionado, bancos dianteiros reclináveis com ajustes elétricos para motorista, bancos da segunda fila deslizantes ou reclináveis, vidros e travas elétricos nas portas dianteiras e traseiras, retrovisores com ajuste elétrico; central multimídia com tela sensível ao toque e GPS integrado ou compatível com Android Auto ou Apple CarPlay, com mapas atualizados e alerta de tráfego; comandos multifuncionais no volante para áudio e telefone; conectividade com múltiplas portas USB para carregamento de dispositivos; computador de bordo com informações de consumo e autonomia; câmera de ré com linhas de guia e sensores de estacionamento traseiros; garantia mínima de fábrica de 3 anos; emplacamento: o veículo deverá ser entregue emplacado em nome do município.
UND	UND	
QTD	01	

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

7.1. O valor preliminar estimado da contratação é **R\$ 458.052,00 (Quatrocentos e cinquenta e oito mil e cinquenta e dois reais)**, conforme prévia da unidade demandante anexadas no Processo Administrativo no documento de oficialização de demanda (DOD).

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

8.1. Em atendimento ao princípio do parcelamento previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise da viabilidade de divisão do objeto em itens ou lotes com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores, sempre que tal divisão não comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

8.2. No caso da presente contratação, o objeto consiste na **aquisição de um único veículo destinado à utilização institucional pela Administração Municipal**, conforme



necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar. Trata-se, portanto, de bem indivisível do ponto de vista funcional e operacional, cuja divisão não se mostra tecnicamente viável.

8.3. A eventual tentativa de parcelamento do objeto não produziria benefícios em termos de ampliação da competitividade, uma vez que o fornecimento do veículo deve ocorrer de forma integral por um único fornecedor, responsável pela entrega do bem completo e plenamente funcional.

8.4. Ademais, o parcelamento poderia gerar dificuldades administrativas desnecessárias, além de comprometer a adequada definição das responsabilidades relacionadas à garantia, assistência técnica e entrega do objeto, aspectos que são mais adequadamente tratados quando a contratação ocorre de forma unificada.

8.5. Dessa forma, conclui-se que **não se mostra aplicável o parcelamento da contratação**, uma vez que o objeto consiste em **bem único e indivisível**, cuja aquisição integral junto a um único fornecedor assegura maior eficiência administrativa, adequada gestão contratual e melhor atendimento à necessidade identificada.

8.6. Assim, a contratação deverá ocorrer de forma única e integral, em conformidade com o planejamento apresentado neste Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo à competitividade do certame, considerando que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos a fornecer o objeto pretendido.

9. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não se aplica.

10. PREVISÃO COM O PCA

10.1. A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, Classe/Grupo 2320 – Veículos sobre Rodas, conforme Memorando n. 015/2025/SEMAP, com consulta disponível no PNCP.



11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar melhores condições de mobilidade institucional para a Administração Pública Municipal de Urupá, especialmente para apoio às atividades do Gabinete do Prefeito, possibilitando deslocamentos seguros, eficientes e compatíveis com as necessidades administrativas do Município. Espera-se que a disponibilização de veículo institucional contribua para maior agilidade na execução das ações governamentais, fortalecimento da gestão administrativa e melhoria do atendimento às demandas da população.

11.2. Os principais benefícios diretos e indiretos esperados com a contratação são:

- Ampliação da capacidade de deslocamento institucional de autoridades e servidores no exercício de atividades administrativas e operacionais;
- Melhoria no acompanhamento de políticas públicas, obras, serviços e programas executados pelo Município;
- Maior eficiência na realização de visitas técnicas, fiscalizações e reuniões institucionais;
- Redução de custos operacionais decorrentes da utilização de veículos antigos ou inadequados;
- Aumento da segurança e do conforto dos ocupantes durante deslocamentos institucionais;
- Fortalecimento da capacidade de articulação institucional da Administração Municipal com outros órgãos e entidades públicas.

11.3. Para possibilitar a aferição objetiva dos resultados pretendidos, poderão ser utilizados, entre outros, os seguintes indicadores de desempenho:

- Frequência de utilização do veículo em atividades institucionais;
- Grau de disponibilidade operacional do veículo para atendimento das demandas administrativas;
- Redução de ocorrências de indisponibilidade de transporte institucional para atividades do Gabinete do Prefeito;

11.4. Os resultados obtidos com a contratação servirão de subsídio para o acompanhamento e a fiscalização do uso do bem no âmbito da Administração Municipal, bem como para avaliação da efetividade da solução adotada. Além disso, contribuirão



para o aprimoramento do planejamento da gestão da frota municipal e para o aperfeiçoamento das futuras contratações relacionadas à mobilidade institucional da Administração Pública de Urupá.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Para garantir a adequada execução contratual e o alcance dos objetivos pretendidos, são recomendadas serem adotadas pela Administração as seguintes providências:

- Designação de servidores responsáveis para garantir a adequada fiscalização da entrega dos bens, verificação de conformidade técnica e cumprimento dos prazos contratuais;

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. A presente contratação, consistente na aquisição de veículo para uso institucional, não se caracteriza como atividade de significativo impacto ambiental direto, contudo envolve aspectos que podem gerar impactos ambientais pontuais ao longo do ciclo de vida do bem, especialmente relacionados ao consumo de combustível, emissão de poluentes atmosféricos e geração de resíduos decorrentes de manutenção e uso. Como medidas mitigadoras, pode ser orientado:

- A Utilização de combustível adequado às normas ambientais vigentes, com preferência para combustíveis de menor impacto ambiental, quando disponíveis;
- A Realização de manutenção preventiva periódica do veículo, visando garantir eficiência energética e redução de emissões;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, especialmente óleos, filtros, pneus e baterias, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- O Acondicionamento e descarte correto de embalagens e materiais provenientes da entrega do veículo, preferencialmente por meio de coleta seletiva;
- O Incentivo ao uso racional do veículo, evitando deslocamentos desnecessários e contribuindo para a redução do consumo de combustível.

13.4. As medidas acima visam minimizar os impactos ambientais associados à utilização do bem, promovendo o uso sustentável dos recursos públicos e o atendimento aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.



14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Considerando a necessidade identificada pelo Gabinete do Prefeito quanto à melhoria das condições de mobilidade institucional da Administração Pública Municipal, os benefícios esperados com a disponibilização de meio de transporte adequado para o desempenho das atividades administrativas e operacionais, bem como a compatibilidade da solução com os preços praticados no mercado e os riscos identificados como administráveis, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente viável, economicamente razoável e adequada ao interesse público.**

14.2. Com base nas informações consolidadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, pelos seguintes fundamentos:

- a) A contratação está alinhada às finalidades institucionais do Município, especialmente no que se refere à necessidade de garantir suporte adequado às atividades administrativas, de gestão e de acompanhamento de políticas públicas;
- b) A necessidade foi devidamente caracterizada, evidenciando a importância da mobilidade institucional para a execução eficiente das ações governamentais e os impactos decorrentes da eventual insuficiência ou inadequação dos meios de transporte disponíveis;
- c) os requisitos da contratação foram definidos de forma clara, objetiva e proporcional à necessidade identificada, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa sem restringir indevidamente a competitividade do certame;
- d) A solução proposta mostra-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, proporcionando autonomia administrativa, previsibilidade de custos e atendimento eficiente das demandas institucionais;
- e) O levantamento de mercado evidenciou a existência de ampla oferta de fornecedores aptos a atender ao objeto, assegurando a viabilidade da competição;



f) foram definidos resultados pretendidos e indicadores de desempenho que possibilitam o acompanhamento da utilização do bem e a avaliação da efetividade da contratação;

g) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável, tendo em vista a melhoria da eficiência administrativa, a ampliação da capacidade de atuação da gestão municipal e a redução de limitações operacionais relacionadas à mobilidade institucional.

14.3. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e demais documentos necessários à fase de planejamento da contratação, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Urupá/RO, 20 de Março de 2026

Elaborado por:

Kássio Alexandre Gama
Técnico de Gestão Pública
M. 58190 - Urupá-RO

De acordo:

Equipe de Planejamento de Compras e Contratações

Aprovado por:

Mateus dos Santos Nascimento
Gabinete do Prefeito,
Prefeitura Municipal de Urupá-RO

Aprovado por:

Fabio Dutra da Silva
Secretário da Fazenda,
Prefeitura Municipal de Urupá-RO



Assinado por: Kássio Gama 30/03/2026 09:00:44 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: Mateus Santos 30/03/2026 09:07:09 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: FABIO DUTRA 30/03/2026 11:07:54 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE
